

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00002/2026**

**Processo Administrativo nº 00015/2026**

**1. PREÂMBULO**

A Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz/PB pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.767.154/0001-15, neste ato representada pelo seu SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, Sr. Ewerton Soares da Silva, **TORNA PÚBLICO**, que fará realizar **CREDENCIAMENTO** sob a forma **ELETRÔNICA**, a ser processada e julgada em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.1 O edital e seus anexos estarão disponíveis para os interessados na Plataforma Eletrônica do **Portal de Compras Públicas**: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

1.2 **O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** deverão ser encaminhadas, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)), a partir da **08h:30 do dia 18 de março de 2026**, com o prazo final para o cadastro das propostas as **08h:30 do dia 01/04/2026**.

**2. DO OBJETO**

2.1 O objeto do presente edital é o **CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UM TERRENO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMADO**, em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo I deste edital.

2.2 Valor total estimado do objeto é aquele informado no Termo de Referência, anexo a este edital de credenciamento.

**3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

3.1. O certame será regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, de 01 de abril de 2021, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

3.2. O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

**4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

4.1 As especificações do imóvel a ser adquirido e o prazo de vigência estão definidos no **Termo de Referência**.

**5. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1 As despesas decorrentes deste processo correrão por conta da dotação prevista no orçamento do Município no exercício do ano de 2026.

**6. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

6.1 Poderão participar deste processo pessoa física ou jurídica que detenha imóvel que atenda as especificações apontadas no Termo de Referência;

6.2 **Vedações.** Não poderão participar deste procedimento ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da referida lei.

6.3 A simples participação no credenciamento importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6.4 O licitante obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

## 7. CREDENCIAMENTO

7.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar **A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), nos prazos estabelecidos no subitem 1.2 deste edital:

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A proponente interessada deverá apresentar a seguinte documentação de Habilitação:

### 8.1.1. PESSOA FÍSICA:

- 8.1.1.1. Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG);
- 8.1.1.2. Documento de identidade com foto, CPF dos proprietários do imóvel e Certidão de Nascimento ou Casamento;
- 8.1.1.3. Comprovante de residência;
- 8.1.1.4. Documento que comprove a titularidade do imóvel a ser vendido ao município (escritura pública emitida em nome dos titulares do imóvel);
- 8.1.1.5. Certidão do Cartório de Registro de Imóveis local da inexistência de impedimentos e/ou ônus que impeçam a sua posterior transferência; e
- 8.1.1.6. Na hipótese de proprietário ou possuidor for pessoa física, com estado civil casado ou união estável, a regularidade fiscal e trabalhista a ser apresentada será do casal.

### 8.1.2. PESSOA JURÍDICA

- 8.1.2.1. Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021, como, por exemplo:
- 8.1.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 8.1.2.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.1.2.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.1.2.5. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.1.2.6. Documento que comprove a titularidade do terreno a ser comprado pelo município Escritura Pública.

## 8.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2.1 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3 Regularidade perante a Fazenda Federal;

8.2.4 Regularidade perante a Fazenda Estadual;

8.2.5 Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

8.2.6 Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.7 Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

8.2.8 Certidão Negativa de Débitos municipal.

8.2.9 Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei Federal nº 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

### **8.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):**

- a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade exposto na própria Certidão.

### **8.4. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

8.4.1. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, (sim ou não), que:

8.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.4.5. Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021);

8.4.6. Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

8.4.7. Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

8.4.8. Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.5 A proponente enquadrada nos termos da Lei Complementar nº 123/06, receberão o tratamento diferenciado.

## **9. DO ENVIO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão encaminhar **A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

9.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Agente de Contratações e Equipe de apoio **em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do encerramento do prazo para o cadastro da proposta e envio dos documentos habilitatórios.

9.3 A Agente de Contratações poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

**9.4** Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital e Termo de Referência, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

## **10. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

**10.1** A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do Diário Oficial do Município.

**10.2** Após ser habilitado o proponente terá seu imóvel avaliada e vistoriado pela equipe técnica da prefeitura municipal, oportunidade em que será realizada a devida avaliação.

## **11. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**11.1.** O(a) interessado(a) que preencher os requisitos exigidos neste Edital, no que a ele(a) for aplicável, será considerado habilitado(a) no credenciamento.

**11.2. ETAPAS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS IMÓVEIS:** A avaliação e seleção dos imóveis credenciados ocorrerão nas seguintes etapas, garantindo a objetividade e a impessoalidade do processo:

**11.2.1. Habilitação Preliminar:** Serão habilitados todos os interessados que apresentarem a documentação completa exigida neste Edital e que seus imóveis demonstrem atendimento a todos os requisitos mínimos de caráter legal, cadastral, urbanístico, ambiental e técnico-funcional estabelecidos no Termo de Referência.

**11.2.2. Avaliação Técnica e Comparativa pelo Setor de Engenharia:** Os imóveis habilitados na etapa anterior serão submetidos a uma avaliação técnica aprofundada, a ser realizada exclusivamente pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz. Esta avaliação culminará na elaboração de um **Laudo Técnico de Avaliação**, que analisará e comparará os imóveis com base nos critérios objetivos de seleção e adequação à finalidade da Prefeitura, conforme exhaustivamente definidos e ponderados no Termo de Referência.

**11.2.3.** Os critérios de avaliação técnica, que serão detalhados no Termo de Referência, incluirão, mas não se limitarão a:

**a) Adequação Funcional:** Compatibilidade do imóvel com o uso pretendido, considerando aspectos como layout, áreas úteis, acessibilidade, capacidade de expansão e potencial de adaptação às necessidades específicas da Prefeitura.

**b) Condições Geotécnicas e Estruturais:** Análise do solo, estabilidade do terreno, e condições estruturais de eventuais edificações existentes.

**c) Infraestrutura Existente e Necessária:** Disponibilidade e adequação de redes de energia elétrica, água, esgoto, telecomunicações, e avaliação dos custos e viabilidade para implantação ou adequação de infraestruturas complementares.

**d) Conformidade Urbanística e Ambiental:** Verificação do zoneamento, índices urbanísticos aplicáveis, licenças ambientais necessárias e riscos potenciais (e.g., desapropriações, servidões, contaminação), garantindo a plena regularidade do imóvel.

**e) Custo-Benefício Global:** Análise que ponderará o valor de mercado do imóvel em relação aos custos totais de aquisição, adaptação, manutenção e operação a longo prazo, visando a solução mais econômica e vantajosa para a Administração, conforme o princípio da economicidade.

**f) Regularidade Legal e Cadastral:** Verificação da plena regularidade dominial, registral, fiscal e cadastral do imóvel, incluindo a ausência de ônus ou gravames que possam impedir ou dificultar a aquisição.

11.2.4. **Seleção do Imóvel:** Com base nas conclusões do Laudo Técnico de Avaliação, o imóvel que apresentar as **melhores condições técnicas e funcionais**, em estrita conformidade com os critérios objetivos e ponderações estabelecidos no Termo de Referência, e que melhor atenda ao interesse público e à finalidade da Prefeitura, será declarado o imóvel selecionado. A decisão de seleção será devidamente motivada e fundamentada no Laudo Técnico de Avaliação, que será parte integrante do processo.

11.2.5. **TRANSPARÊNCIA E OBJETIVIDADE:** Todo o processo de avaliação será pautado pelos princípios da transparência, impessoalidade e julgamento objetivo. Os critérios de avaliação serão aplicados de forma equânime a todos os imóveis habilitados, garantindo a isonomia entre os interessados.

11.2.6. **DA FUTURA AQUISIÇÃO:** A seleção do imóvel por meio deste credenciamento não implica em obrigação de contratação imediata por parte da Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz. A seleção apenas identifica o objeto singular que poderá ser adquirido por meio de processo de inexigibilidade de licitação, sujeito à disponibilidade orçamentária, à manutenção das condições apresentadas pelo imóvel e à observância de todas as demais formalidades legais pertinentes.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO**

12.1. A contratação de que este instrumento convocatório dar-se-á de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com arrimo no disposto no art. 74, inciso V e §5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE (MUNICÍPIO)**

13.1. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;

13.2. Utilizar o imóvel para atendimento da finalidade pública especificada no item 2.1 deste instrumento;

13.3. Proceder à avaliação prévia do imóvel a ser adquirido;

13.4. Realizar o pagamento de todos os encargos cartoriais referente à transferência do imóvel.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS**

14.1 Entregar ao Município o imóvel na data de assinatura do instrumento e em estado de servir ao uso a que se destina, conforme especificações contidas neste termo de referência;

14.2 Fornecer ao Município descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

14.3. Garantir a transferência do imóvel, resguardando o Município dos embaraços e turbações de terceiros, que tenham ou pretendam ter direito sobre o imóvel alienado;

## **15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, se enquadra nas previsões contidas no [Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15.2. Os licitantes que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no [Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

## **16. DA EXTINÇÃO**

16.1. As possibilidades de extinção do contrato estão previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **17. DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS**

17.1. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

## **18. DOS RECURSOS**

18.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação do credenciamento, observará os prazos e a forma dispostos no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

18.2. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

## **19. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

19.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei que o rege, devendo protocolar pedido até 03 (três) dias úteis anteriores ao término do prazo para o credenciamento devendo ser enviado via o sistema do Portal de Compras Públicas.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

20.1. O sistema gerará automaticamente a ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

20.4. A homologação do resultado deste procedimento não implicará direito à contratação.

20.5. As normas disciplinadoras do credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da participação entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da prefeitura.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

20.11. Toda e qualquer decisão que não possa ser informada no Portal de Compras Públicas, será divulgada no Diário Oficial do Município.

20.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.13. São anexos deste edital:

I) Termo de Referência – TR.

## **21. DO FORO**

21.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Catolé do Rocha/PB, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brejo do Cruz/PB, 17 de março de 2026.

Marcello Henrique Garcia Gomes de Albuquerque  
Agente de Contratação

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 000XX/2026 DO CREDENCIAMENTO Nº 00002/2026**

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE BREJO DO CRUZ/PB E

A Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz/PB, CMPJ nº 08.767.154/0001-15, situado na Rua Solon de Lucena, 10, Centro, CEP: 58.890-000, Brejo do Cruz/PB, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 1332/2023, de 21 de agosto de 2023, Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado por seu SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, o Sr. EWERTON SOARES DA SILVA, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_ Inscrito(a) no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante designada CREDENCIADO, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 00015/2026**, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do **Credenciamento nº 00002/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

- 1.1.** O objeto do presente Termo é o CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE UM TERRENO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMADO, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento.
- 1.2.** Este Termo de Credenciamento vincula-se ao Edital do Credenciamento nº 00002/2026, identificado no preâmbulo e à proposta apresentada pelo Credenciado, independentemente de transcrição.
- 1.3.** O presente procedimento tem por objetivo o credenciamento de interessados para futura aquisição descrita neste instrumento, constituindo-se um cadastro de prestadores aptos a serem contratados pela Administração Municipal.
- 1.4.** O credenciamento não gera, por si só, obrigação de contratação, sendo que as contratações ocorrerão posteriormente, conforme a necessidade da Administração, mediante processo de inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação vigente.
- 1.5.** O Município reserva-se o direito de fiscalizar permanentemente a aquisição pelos credenciados, sendo-lhes facultado o credenciamento quando caracterizada a prestação de má qualidade, através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da ampla defesa.
- 1.6.** O fornecimento será de forma indireta sob o regime de tarefa nos termos do art. 6º, inciso XX, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.**

- 2.1** O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento é de 01 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.**

- 3.1.** Nos valores apresentados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da aquisição, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. Os valores informados constituem quantia máxima a ser paga ao Credenciado durante a vigência deste Termo.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

- 4.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:  
Unidade: 09 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
Funcional: 15.451.2007.1.006 Desapropriação de Imóveis para fins de Utilidade Pública e Social  
4.5.90.61.00.00.00.00 0500 Aquisição de Imóveis – Recursos não vinculados de impostos

**5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.**

- 5.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Credenciado em todas as suas obrigações, já deduzidas as

glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**5.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**5.3.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente bancária de titularidade do Credenciado.

**5.4.** As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número do procedimento auxiliar, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**5.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**5.6.** A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

**5.6.1.** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

**5.6.2.** A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.**

**6.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante na fase interna do procedimento auxiliar de credenciamento.

**6.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Credenciado, os preços Credenciados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CREDENCIADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CREDENCIADO obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**6.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**6.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

8.1. O prazo para início para a entrega é de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da respectiva ordem de compra.

8.2. O imóvel será recebido provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3. O imóvel poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos/prestados novamente no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Credenciado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. o imóvel será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Credenciado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.**

9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.2.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.2.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.2.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.2.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.2.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.3. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Credenciado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.3.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.4. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à

verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**9.4.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Credenciado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**9.4.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**9.4.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Credenciado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**9.4.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**9.5.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**9.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CREDENCIADO.**

**10.1.** São obrigações do Contratante:

**10.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**10.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.1.3.** comunicar à Credenciado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**10.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Credenciado, através de comissão/servidor especialmente designado; e

**10.1.5.** efetuar o pagamento à Credenciado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**10.1.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.2.** São obrigações do Credenciado:

**10.2.1.** A Credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**10.2.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**10.2.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**10.2.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**10.2.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.2.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as

condições de habilitação e qualificação exigidas neste credenciamento.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**11.1.** Caso o Credenciado incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.**

**12.1. O PRESENTE TERMO DE CREDENCIAMENTO PODERÁ SER RESCINDIDO:**

**12.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**12.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**12.3. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:**

**12.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.3.3.** Indenizações e multas.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES.**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O Credenciado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Município de Brejo do Cruz/PB, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO.**

**15.1.** Incumbirá ao Município de Brejo do Cruz/PB providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.**

**16.1.** É eleito o Foro da Comarca de Catolé do Rocha/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Credenciamento que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

**16.2.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo de Credenciamento em 02 (três) vias de igual teor e forma.

Brejo do Cruz, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

EWERTON SOARES DA SILVA  
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ/PB  
CREDENCIANTE

CREDENCIADO